



CURITIBA



CURITIBA S.A.

PROTOCOLO

PARECER Nº 022/2022-DP-4

**EMENTA: ALIENAÇÃO DE
BEM IMÓVEL -
INOBSERVÂNCIA DA
REGRA LICITATÓRIA - LEI
DAS ESTATAIS**

Através do presente, a Presidência da Companhia solicita análise e parecer jurídico acerca do procedimento de alienação dos bens imóveis de propriedade da Curitiba S/A, por força das novas regras estabelecidas pela Lei 13.303/2016, que instituiu o regime jurídico das empresas estatais e estabeleceu as regras de governanças da sociedade.

A Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S/A, por força da legislação de sua criação e nos termos de seu estatuto social, tem por finalidade social, entre outras, a participação na política de desenvolvimento do Município, atuando na produção e viabilização de unidades imobiliárias destinadas a uso industrial e de serviços.

Para o atendimento de seus objetivos sociais, a Companhia está autorizada a adquirir e alienar bens imóveis por venda, permuta, locação, arrendamento entre outras formas em direito admitidas.

Nestas condições, e por força da delegação de poderes outorgada pelo Município de Curitiba, promoveu a desapropriação de imóveis que foram declarados de utilidade pública através do Decreto Municipal 30/1973 e outros decretos que o complementaram, para o fim de implantação de empreendimentos industriais e de serviços, visando o fomento econômico e a geração de emprego e renda.

Portanto, a comercialização das áreas expropriadas constituiu produto vinculado a finalidade social e à consecução dos objetivos para os quais foi criada a sociedade.

Nesta esteira, vem ao longo de décadas promovendo a implantação de empreendimentos industriais e de serviços na área de abrangência da Cidade Industrial de Curitiba, que foi objeto da declaração de utilidade pública, eis que, por força de suas finalidades sociais, é gestora daquele polo industrial.

A implantação das indústrias em referidos imóveis originariamente se deu mediante estudo de viabilidade e posterior protocolo de implantação, que avaliava o plano de implantação da empresa, infra estrutura necessária, benfeitorias a serem realizadas no local, atividade a ser desenvolvida, numero de empregos a serem gerados, entre outros aspectos relacionados a zoneamento, uso e ocupação do solo. Aprovada a implantação no prazo assinalado, a empresa iniciaria o processo de aquisição do terreno segundo as regras definidas e as condições



CURITIBA



CURITIBA S.A.

impostas, atento sempre ao plano de governo municipal voltado ao fomento do desenvolvimento econômico, à legislação municipal de zoneamento e uso e ocupação de solo, entre outras, cujo processo era objeto de análises e estudos de viabilidade e de atendimento a todos estes aspectos.

Na sequência, a implantação passou a seguir as normas aplicáveis pela lei de licitações para alienação de bens, ou seja, era realizada mediante procedimento licitatório, segundo os princípios e regras aplicáveis, porém, sem vincular a exigências que pudessem ferir as referidas regras e princípios, em especial inviabilizar a competição e/ou caracterizar direcionamento de objeto. Neste escopo, não raro, os procedimentos eram frustrados e não atendiam a função maior de cumprir com as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico.

Sem mencionar, que a não destinação dos imóveis aos fins colimados com a declaração de utilidade pública e a desapropriação havida, implica ainda em maior risco com os imóveis desocupados e sujeitos as atos turbativos de terceiros, bem como a prejuízos financeiros com a manutenção de tais áreas.

Ocorre que, com o advento da Lei 13.303/2016 - Lei das Estatais, a Companhia passou a ser regida pelas regras ali definidas, no que tange às licitações e contratos, bem como dispensas e inexigibilidades do procedimento. Referida lei introduziu inovação ao instituir duas situações que permitem a "desobrigação" em promover processo licitatório, nos estritos termos dos incisos I e II do § 3º do art. 28 da referida lei.

Assim, atento às disposições do Capítulo que trata da exigibilidade de licitação e dos casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação nas contratações e alienações que realiza, especificamente em seu Artigo 28, estabelece que:

"Art. 28. Os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às empresas públicas e às sociedades de economia mista, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens, serão precedidos de licitação nos termos desta Lei, ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 29 e 30.

(...)

§ 3º São as empresas públicas e as sociedades de economia mista dispensadas da observância dos dispositivos deste Capítulo nas seguintes situações:

I - comercialização, prestação ou execução, de forma direta, pelas empresas mencionadas no caput, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionados com seus respectivos objetos sociais;

II - nos casos em que a escolha do parceiro esteja associada a suas características particulares, vinculada a oportunidades de negócio



CURITIBA



CURITIBA S.A.

definidas e específicas, justificada a inviabilidade de procedimento competitivo.

§ 4º Consideram-se oportunidades de negócio a que se refere o inciso II do § 3º a formação e a extinção de parcerias e outras formas associativas, societárias ou contratuais, a aquisição e a alienação de participação em sociedades e outras formas associativas, societárias ou contratuais e as operações realizadas no âmbito do mercado de capitais, respeitada a regulação pelo respectivo órgão competente."

(...)" (grifo nosso)

Conforme se observa do transcrito dispositivo, as empresas públicas e as sociedades de economia mista estão dispensadas da observância de tal Capítulo, quando o objeto versar sobre a comercialização de produtos e serviços relacionados ao seu objeto social.

Embora o § 3º retro defina como dispensa, não se trata exatamente da dispensa de licitação, mas sim de uma previsão maior e mais abrangente, posto que as regras licitatórias previstas no Capítulo I, do Título II, da Lei das Estatais não incidem sobre as hipóteses reguladas pelo parágrafo em questão.

As hipóteses previstas no § 3º, do art. 28 da citada lei, resguarda duas espécies de inaplicabilidade de licitação, ou seja, contratações para atividades relacionadas especificamente aos respectivos objetos sociais das empresas públicas e sociedades de economia mista e as chamadas parcerias empresariais decorrentes de oportunidades de negócios.

A flexibilização adotada pela Lei das Estatais tem sido tratada pela doutrina como hipótese diversa da "dispensa" e "inexigibilidade" de licitação, prevista na lei geral de licitações, sendo tratada como **"não observância das regras licitatórias"**.

Sobre o tema, cumpre trazer à baila os ensinamentos de Dawson Barcelos e Ronny Charles, conforme a seguir:

"Ocorre que a Lei nº 13.306/2016, embora pareça ter adotado sistemática semelhante à da Lei nº 8.666/93, realizou profunda alteração, pois acresceu uma nova espécie de exceção à obrigatoriedade de licitar, que, diferenciando-se das tradicionais dispensa e inexigibilidade, permite a "não observância" das regras licitatórias." (LICITAÇÕES E CONTRATOS NAS EMPRESAS ESTATAIS, Editora JusPodivm, 2ª Edição)

Referidos doutrinadores, na mesma obra, concluíram que: **"o legislador permitiu uma liberdade relativa para que a estatal defina modelos**



CURITIBA



CURITIBA S.A.

74

procedimentais para cumprir o desiderato de seleção do melhor fornecedor para o atendimento da pretensão administrativa."

Sob outro aspecto, a doutrina e a jurisprudência ainda entendem que admite-se a não incidência das normas licitatórias em situações que a aplicação da lei constitua óbice intransponível à satisfação da necessidade do contratante, especialmente quando a contratação visa o cumprimento eficiente da atividade final da empresa.

Ressalta-se, nesse aspecto, que a lei, ao estabelecer a relação com os objetos sociais das empresas estatais, estabeleceu um requisito mais elástico do que o conceito de atividades-fim até então adotado pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

Neste caso, a inobservância das regras de licitação está vinculada a satisfação da necessidade almejada. Se a licitação for óbice ao alcance do objeto desejado e este estiver atrelado ao negócio da estatal, é possível juridicamente sustentar o afastamento das regras.

Segundo Marçal Justen Filho (JUSTEN FILHO, 2016b, p. 301), a ***"licitação será inaplicável porque o objeto social se constitui em atividade econômica, que se desenvolve no mercado. [...] A realização de procedimento licitatório formal seria incompatível com a exploração econômica eficiente e poderia inviabilizar a existência ou comprometer a eficiência da empresa estatal"***.

O mesmo Marçal Justen Filho ao discorrer sobre o Estatuto das empresas Estatais, acerca da inaplicabilidade da lei tratada na Lei das Estatais, esclareceu que:

"(...) A questão não se relaciona propriamente à configuração de algo como atividade-fim ou atividade-meio, mas com a submissão da atividade desempenhada pela entidade integrante da Administração indireta à lógica do mercado e a certos princípios da competição econômica.

O desenvolvimento de atividades econômicas impõe adoção de práticas uniformes e padronizadas, desenvolvidas segundo os usos da atividade empresarial. (...)

Em suma, quando o Estado se dispuser a atuar no mercado, deverá submeter-se a exigências próprias e características do setor. Um dos pontos fundamentais da organização empresarial, indispensável à obtenção do sucesso econômico, reside na autonomia para organização dos fatores da produção. Essa autonomia pode exigir, em alguns casos, a adoção de práticas informais para seleção da melhor alternativa. Na maior parte dos casos, isso ocorre com as atividades-fim, mas



CURITIBA



CURITIBA S.A.

isso não pode ser estabelecido como regra absoluta. Pode haver atividades-fim que comportam contratação mediante prévia licitação, tanto como pode existir atividade-meio que exija solução imediata e destituída de formalidade.

A ausência de licitação derivará, então, da impossibilidade de obter sucesso na atividade empresarial se for aplicada a licitação, eis que isso eliminará margens de autonomia indispensáveis e inerentes à atuação no mercado. (...) (Obra: A contratação sem licitação nas Empresas Estatais. In Estatuto Jurídico das Empresas Estatais: Lei 13.303/2016, Editora Revista dos Tribunais)

Em que pese o fato de que a hipótese prevista no transcrito Art. 28, § 3º, inc. I, da Lei nº 13.303/2016, não afasta totalmente a ocorrência do procedimento licitatório instituído por ela nas contratações, eis que resta claro que tal possibilidade não se aplica pelo simples fato de se relacionar com seu objeto social, mas sim e tão somente quando a contratação tratar da comercialização, prestação ou execução, **de forma direta**, de produtos, serviços ou obras que constituam a sua própria atividade-fim.

Portanto, tudo aquilo que for meio para o exercício dessa atividade-fim, ou não executado diretamente pela estatal, a rigor, deveria se submeter ao dever de licitar na forma estabelecida pela Lei nº 13.303/2016.

Tal assertiva foi adotada pelo próprio TCU ao analisar a aplicabilidade e extensão de tal disposição, de modo que o princípio da licitação não seja afastado segundo o interesse e a liberalidade da autoridade, esclarecendo que somente os produtos, serviços ou obras **relacionados de forma direta com os objetos sociais** das empresas públicas e sociedades de economia mista é que podem ser alcançados por tal flexibilização do dever de licitar.

O espírito da lei neste caso está direcionado a atuação da empresa segundo a realidade do mercado em que está inserida a estatal e às práticas empresariais, para possibilitar a necessária igualdade de condições entre os competidores. Repisando que as empresas estatais que atuam em regime de competição necessitam funcionar com agilidade e eficiência, visando, também, o lucro. Por conta disso, possuem lei própria e devem se adequar a sua realidade sendo interpretada de maneira mais flexível.

A intenção real é fortalecer a autonomia das empresas no mercado de qual faz parte e tenha totais condições de atuar no mercado sem estar a mercê de tantas regras inúteis.

Tal posicionamento já era objeto de julgados do Tribunal de Contas da União antes mesmo de editada a Lei das Estatais, cuja Corte se manifestava no sentido de considerar válida a ausência de licitação no desempenho da atividade-



CURITIBA



CURITIBA S.A.

76

fim das empresas estatais. Exemplo disso foi o julgamento pelo Plenário do TCU, no Acórdão 121/1998, em que excluiu a obrigatoriedade de a BR *Distribuidora* **“realizar processo licitatório para as contratações de transportes que sejam atividade-fim da empresa, como a de transporte de produtos, permanecendo esta obrigatoriedade para as atividades-meio”**.

Da mesma forma, por meio do Acórdão 920/2007, de relatoria do Ministro Valmir Campelo, afirmava que **“quando a aplicação da norma [Lei 8.666/1993] comprometer o objetivo social da empresa pública ou sociedade de economia mista, por prejudicar a agilidade necessária para a prática de atos negociais, em um mercado concorrente, não será exigido o seu cumprimento”**.

De igual forma, o Acórdão nº 2571/2010-Plenário, que ao tratar do afastamento da licitação, também manifestou neste sentido, como observamos:

“9.1. conhecer da presente Consulta, formulada pelo Exmo. Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sr. Eduardo Campos, por atender aos requisitos de admissibilidade de que tratam os arts. 1º, XVII, da Lei n. 8.443/92 e 264 do Regimento Interno/TCU, para responder ao consulente que, enquanto não for editado o estatuto a que se refere o art. 173, § 1º, da Constituição Federal, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços devem observar os ditames da Lei nº 8.666/1993 e de seus regulamentos próprios, podendo prescindir da licitação para a contratação de bens e serviços que constituam sua atividade-fim, nas hipóteses em que o referido Diploma Legal constitua óbice intransponível à sua atividade negocial, sem olvidarem, contudo, da observância dos princípios aplicáveis à Administração Pública, bem como daqueles insertos no referido Estatuto Licitatório;

(...) julgo que (...) não afasta, de pronto, a obrigatoriedade da realização de procedimento licitatório. Isso só ocorre quando se verificar, no caso concreto, que os trâmites inerentes a esse procedimento constituem óbice intransponível à atividade negocial da empresa, que atua em mercado onde exista concorrência. (...).

Assim sendo, sempre que a realização da licitação não trouxer prejuízos à consecução dos objetivos da entidade, por não afetar a agilidade requerida para sua atuação eficiente no mercado concorrencial, remanesce a obrigatoriedade da licitação. Exceção a essa regra dar-se-á apenas nos casos em que a observância à legislação mencionada acarrete óbice intransponível à atividade-fim da empresa, hipótese em que

poderá ser afastado o seu cumprimento, conforme entendimentos firmados por esta Corte em julgados anteriores, a exemplo da Decisão 663/2002 e dos Acórdãos 1268/2003, 1581/2003 e 403/2004, proferidos pelo Plenário.

Com advento da Lei 13.303/2016, por óbvio ante a inovação trazida, o TCU manteve este mesmo posicionamento em precedente recente, Acórdão nº 1.744/2021 – Plenário, no qual entende pela aplicabilidade do art. 28, §3º, inc. I, da Lei pelo BNDES, arguindo que como a instituição *“realiza, de forma direta, a prestação de serviços de estruturação de projetos de desestatização, ainda que auxiliado pelos serviços técnicos contratados de consultoria especializada. Esse mister é parte indissociável das suas atribuições definidas em lei e no estatuto social”*.

Tal julgado ainda discorreu que:

“(…) considerar legal o fundamento de validade da Resolução 3592/2020, entendendo ser juridicamente possível a utilização do instituto de inaplicabilidade de licitação, na espécie de contratação relacionada especificamente ao objeto social, nos termos do art. 28, § 3º, I, da Lei 13.303/2016, para fundamentar a adoção de rito próprio de competição para a contratação de consultores técnicos especializados para o processo de desestatização. (Destacamos.)

Portanto, sem prejuízo de reforçar a polêmica em torno da interpretação do art. 28, §3º, inc. I, da Lei das Estatais, ao menos consoante à racionalidade empregada no Acórdão nº 1.744/2021 – Plenário do TCU, é possível entender que não apenas produtos, serviços ou obras, fornecidos/executados diretamente, de forma integral, pela estatal, estarão abrigados pela norma. Serviços prestados por terceiros, intrínsecos/que se confundam ao que a estatal comercializa/executa, a depender das circunstâncias concretas, igualmente afastam a incidência do regime ordinário de contratação, na forma do art. 28, §3º, inc. I, da Lei nº 13.303/2016.(…)”

É dentro desse cenário que a Lei 13.303/2016 veio, finalmente, a inovar no ordenamento jurídico ao prever situações em que o regramento licitatório possa ser afastado. Isto, levando em conta que as empresas estatais que atuam no mercado, em regime concorrencial, devem funcionar com agilidade e eficiência, sem se afastar da busca do lucro. Por força disso, é que o legislador editou lei própria voltada a atender tais características.



CURITIBA



CURITIBA S.A.

Acerca da inovação tratada na Lei das Estatais, o TCU tem manifestado pela dispensabilidade de licitação, resguardadas as cautelas já apontadas, veja-se:

"Assunto: Licitação. Empresa estatal. Atividade-fim. Seleção. Dispensa de licitação. Ementa: Embora as empresas estatais estejam dispensadas de licitar a prestação de serviços relacionados com seus respectivos objetos sociais (art. 28, § 3º, inciso I, da Lei 13.303/2016), devem conferir lisura e transparência a essas contratações, em atenção aos princípios que regem a atuação da Administração Pública, selecionando seus parceiros por meio de processo competitivo, isonômico, impessoal e transparente. (Acórdão 2033/2017 Plenário, Denúncia, Relator Ministro Benjamin Zymler)"

No que se refere ao contido no transcrito Inciso II do mesmo dispositivo, quando a contratação está relacionada a oportunidades de negócio e peculiaridades do parceiro, também está resguardado pela possibilidade de não observância das regras de licitação. Neste caso, a contratação direta decorre de oportunidade de negócio, em que é determinado pelas peculiaridades tanto do parceiro privado quanto da natureza diferenciada do objeto, o que possibilita que a contratação seja realizada sem que seja observado o processo natural da licitação e, por consequência, nenhuma outra forma de disputa simplificada ou "chamamento público".

Insta destacar que o certame licitatório ser dispensado neste caso se deve a impossibilidade de se definir critérios objetivos de manuseio da solução mais vantajosa para a satisfação do interesse público, o que se dá em virtude das características particulares do parceiro vinculadas à uma oportunidade de negócio.

E esta possibilidade se vincula diretamente ao fato de que a empresa estatal em nosso sistema jurídico é tratada como uma empresa privada que deve exercer suas atividades e cumprir suas finalidades sociais, no mesmo ambiente concorrencial que qualquer empresa privada, e por isto poder lançar mão de práticas competitivas em seu mercado de atuação.

Porém, tal não pode ficar também a mercê de uma liberalidade, na medida em que tal parceria deve trazer vantajosidade comercial e ser firmada com parceiro que justifique a contratação pelas condições peculiares que detém em detrimento de outras empresas atuantes no mercado, e que por isso não há viabilidade jurídica de se estabelecer a competição.

Em relação a tal hipótese o Tribunal de Contas da União também já se posicionou, indicando alguns critérios necessários para a adoção do mecanismo pelas estatais (Acórdão 2488/2018), veja-se:

"117. Da leitura desse dispositivo legal, constato que a contratação direta da empresa parceira depende:

- 79
- a) da configuração de uma oportunidade de negócio, o qual pode ser estabelecido por meio dos mais variados modelos associativos, societários ou contratuais, nos moldes do estabelecido no § 4º do artigo 28 da Lei das Estatais;
 - b) da demonstração da vantagem comercial que se espera advirá para a empresa estatal; e
 - c) da comprovação pelo administrador público de que o parceiro escolhido apresenta condições peculiares que demonstram sua superioridade em relação às demais empresas que atuam naquele mercado; e
 - d) da demonstração da inviabilidade de procedimento competitivo”.

Como se pode notar, a motivação do ato administrativo é o fator mais importante a justificar a celebração de uma oportunidade de negócio por uma estatal, eis que, após configurada a oportunidade, a entidade está obrigada a demonstrar de forma clara e precisa que o negócio que está sendo acordado é favorável para a estatal, demonstrando a particularidade do parceiro e a vantajosidade comercial para a empresa estatal, somente vista na efetivação daquela oportunidade de negócio. Com isso, a motivação deve estar atrelada aos requisitos normativos, guardando correlação finalística com a legalidade, garantindo o controle externo e, especialmente, sendo suporte indispensável ao exercício da ampla defesa. Ou seja, a motivação para celebração do negócio deverá ser suficiente e robusta para demonstrar a sua vantajosidade, necessidade e adequação.

g

De acordo com o Tribunal de Contas da União, a parceria, ao ser avaliada por meio de critérios pré-estabelecidos e comparáveis entre as diversas possíveis propostas de negócios, deverá demonstrar possuir “uma superioridade competitiva, uma particularidade mercadológica ou uma estrutura administrativa tal que, ao ser cotejada com seus pares concorrenciais, não se permitiria ter qualquer dúvida quanto aos benefícios a serem obtidos com o estabelecimento dessa parceria em detrimento de outra qualquer.”

E tais características devem restar robustamente comprovada nos autos da contratação. Neste sentido, transcrevemos trecho do Acórdão do TCU:

“São requisitos para a contratação direta de empresa parceira com fundamento no art. 28, § 3º, inciso II, da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais): a) avença obrigatoriamente relacionada com o desempenho de atribuições inerentes aos respectivos objetos sociais das empresas envolvidas; b) configuração de oportunidade de negócio, o qual pode ser estabelecido por



CURITIBA



CURITIBA S.A.

meio dos mais variados modelos associativos, societários ou contratuais, nos moldes do art. 28, § 4º, da Lei das Estatais; c) demonstração da vantagem comercial para a estatal; d) comprovação, pelo administrador público, de que o parceiro escolhido apresenta condições que demonstram sua superioridade em relação às demais empresas que atuam naquele mercado; e e) demonstração da inviabilidade de procedimento competitivo, servindo a esse propósito, por exemplo, a pertinência e a compatibilidade de projetos de longo prazo, a comunhão de filosofias empresariais, a complementariedade das necessidades e a ausência de interesses conflitantes. Acórdão 2488/2018 Plenário, Representação, Relator Ministro Benjamin Zymler.”

Vê-se, pois, que esta hipótese também autoriza a inaplicabilidade da licitação quando ocorrer parcerias empresariais, em especial quando a escolha do parceiro estiver associada a uma oportunidade de negócios. Esta hipótese, parcerias, é bastante ampla, e visa dar amplitude às possibilidades de afastamento da regra da licitação, e obviamente desde que o negócio esteja atrelado a oportunidades de negócio e haja justificativa para a inviabilidade de procedimento competitivo.

Destaca-se que, em que pese o reconhecimento pela inaplicabilidade de procedimento licitatório, aquela Corte de Contas não deixa de apontar que entende imprescindível que as contratações realizadas com fundamento no transcrito art. 28, § 3º, inciso I, da Lei 13.303/2016, observem os princípios que regem a atuação da Administração Pública. E ainda, que em tratando de situação de contratação vinculada diretamente ao objeto social da empresa, inexistente divergência acerca da incidência do art. 28, § 3º, I, da Lei das Estatais, dispensando-se, pois, a empresa estatal da observância das regras aplicáveis às licitações e contratos estabelecidas pelo referido instrumento legal.

Não deixou de avaliar ainda o TCU, que situações outras que não se relacionam diretamente ao objeto social da empresa estatal, mas que por ter impacto significativo na realização da própria finalidade da entidade, também poderão ser alcançados pela regra contida no Inciso I, entretanto, imperioso restar demonstrado a existência de obstáculos negociais, com efetivo prejuízo às atividades da estatal e que impõe o afastamento da licitação (Acórdão 2384/2015 do Plenário do TCU, relatado pelo Ministro Benjamin Zymler), cabendo ao gestor apontar as dificuldades enfrentadas e que interferem diretamente no cumprimento do objeto social da empresa.

Não é demais ressaltar que o TCU editou a Súmula 222, que trata das decisões daquele tribunal no que se refere às normas gerais de licitação, onde define que devem as mesmas ser acatadas também pelos demais. Entes das outras esferas, vejamos:

"SÚMULA TCU 222: As Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios." (grifo nosso)

Saliente-se que agasalhando a possibilidade de dispensa da observância da licitação também nas alienações de bens, o Artigo 49 da Lei, faz previsão quanto as hipóteses tratadas no citado Artigo 28, § 3º, dispondo que:

Art. 49. A alienação de bens por empresas públicas e por sociedades de economia mista será precedida de:

I - avaliação formal do bem contemplado, ressalvadas as hipóteses previstas nos incisos XVI a XVIII do art. 29;

II - licitação, ressalvado o previsto no § 3º do art. 28.

Portanto, com amparo em tais disposições de ordem legal, em considerando que as áreas comercializadas pela Companhia visando a implantação de empreendimentos industriais e de serviços nas áreas expropriadas e adquiridas para implantação da CIC, constituem produto vinculado a seu objeto social, tal estaria agasalhado pela regra de dispensabilidade estatuída no transcrito Artigo 28, § 3º, I, da Lei 13.303/2016, bem como de seu Inciso II quando a negociação decorra de parceria relacionada a oportunidade do negócio, com clara e efetiva vantagem comercial e guardada a peculiaridade tanto do objeto quanto do parceiro.

Ademais, atento ao fato de que inúmeros certames deflagrados para alienação de áreas resultaram desertos, ou seja, nenhuma empresa se apresentou para a aquisição dos terrenos, o que além de não atender os programas municipais e a melhor gestão daquele polo industrial, também implicou em custos consideráveis para a formalização do processo, publicidade dos certames entre outras despesas. Isto sem mencionar o fato de que a sujeição às inúmeras exigências para a concretização da compra obviamente acabavam por fragilizar o interesse da Companhia, que não conseguia alcançar seu intento em virtude de que o interessado entendia por bem buscar imóveis e adquiri-los junto ao mercado imobiliário, que lhe possibilita maior flexibilidade e condições para tal aquisição.

Desta forma, as alienações dos imóveis por parte desta Companhia nos termos do citado Artigo 28, § 3º, I, da Lei 13.303/2016, podem prescindir da observância das regras licitatórias, na medida em que tal está diretamente ligada ao seu objeto social como retro demonstrado, e que visam o cumprimento de política pública voltada ao desenvolvimento econômico da área de abrangência da Cidade



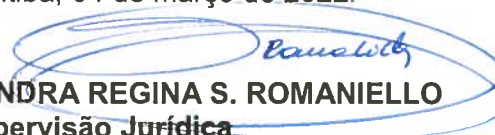
CURITIBA



CURITIBA S.A.

Industrial de Curitiba, da qual é gestora e tem por atribuição a implantação de empresas no local.

Curitiba, 04 de março de 2022.


SANDRA REGINA S. ROMANIELLO
Supervisão Jurídica
OAB-PR 18.190